

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 36/2020-PGJ, DE 27 DE AGOSTO DE 2020.

Disciplina a celebração de termo de ajustamento de conduta nos casos de infrações disciplinares de menor potencial ofensivo praticadas por servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que é possível a utilização do termo de ajustamento de conduta (TAC) como alternativa à instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar nos casos de infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, conforme a Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990;

CONSIDERANDO que a tramitação de sindicância ou processo administrativo disciplinar envolve elevados custos para esta instituição;

CONSIDERANDO que, por intermédio da celebração do TAC, o servidor público assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições inerentes ao exercício funcional, maximizando o caráter pedagógico das medidas disciplinares;

CONSIDERANDO que o TAC, na esfera disciplinar, quando perpetradas infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, é cabível no sistema jurídico brasileiro;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004170-0,

RESOLVE:

Art. 1º O termo de ajustamento de conduta (TAC), desde que atendidos os requisitos previstos nesta Resolução, poderá ser celebrado nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo cometida por servidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no bojo de termo circunstanciado administrativo a ser instaurado e conduzido pela Secretaria-Geral desta instituição.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, consideram-se infrações disciplinares de menor potencial ofensivo as condutas puníveis com repreensão, nos termos do § 1º do art. 242 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

Art. 2º Por via do TAC, o servidor interessado assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e se compromete a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos nas respectivas legislações vigentes.

Art. 3º A celebração do TAC será realizada no âmbito da Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e, após sua assinatura, será submetido à homologação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º Fica vedada a celebração do TAC quando o ato praticado pelo servidor se amoldar a alguma das seguintes hipóteses:

I – suspensão, multa, demissão, cassação de disponibilidade ou de aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – os antecedentes funcionais, a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o serviço público justificarem a análise por via de sindicância ou procedimento administrativo disciplinar;

III – crime com pena máxima superior a 2 (dois) anos ou improbidade administrativa;

IV – o servidor, nos últimos 2 (dois) anos, já ter gozado do mesmo benefício ou possuir registro de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais, enquanto não transcorrido o período de reabilitação.

Art. 5º Nas hipóteses de dano ou extravio de bem público que implicar prejuízo de menor potencial ofensivo, assim considerado aquele cujo valor se enquadra nas hipóteses do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, admite-se a apuração do fato por intermédio de termo circunstanciado administrativo.



Parágrafo único. Quando houver prejuízo ao erário, o ressarcimento integral do dano causado constituirá cláusula obrigatória do TAC.

Art. 6º A proposta de celebração de TAC poderá ser feita de ofício ou a pedido do interessado.

§ 1º Em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares em curso, o pedido de celebração poderá ser feito pelo interessado à Secretária-Geral até a decisão final do Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O pedido de celebração do termo feito pelo interessado poderá ser indeferido com base em juízo de admissibilidade anterior que tenha concluído pelo não cabimento do benefício em relação à irregularidade a ser apurada.

§ 3º Não há direito subjetivo do servidor a receber proposta de TAC em matéria disciplinar.

Art. 7º O TAC deverá conter:

I – o reconhecimento do servidor quanto à prática de infração disciplinar;

II – a qualificação do servidor envolvido;

III – os fundamentos de fato e de direito para sua celebração;

IV – a descrição pormenorizada das obrigações assumidas;

V – o prazo e o modo para cumprimento das obrigações;

VI – a forma de fiscalização das obrigações assumidas.

Parágrafo único. O prazo de cumprimento do TAC não poderá ser superior a 2 (dois) anos.

Art. 8º A celebração do TAC será comunicada à chefia imediata do servidor, com o envio de cópia do termo, para que acompanhe seu efetivo cumprimento, empreendendo esforços para que seja mantida disciplina sobre o assunto no ambiente de trabalho.

Art. 9º O TAC será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e, após o decurso de 2 (dois) anos a partir da data estabelecida para o término de seu cumprimento, atendidas todas as suas cláusulas, o registro será cancelado.

§ 1º Cumpridas as condições estabelecidas no termo, mediante declaração da chefia imediata do servidor, não será instaurado procedimento disciplinar pelo mesmo fato objeto do ajuste.

§ 2º No caso de descumprimento do TAC, a Secretária-Geral comunicará imediatamente o Procurador-Geral de Justiça a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para a instauração ou continuidade do respectivo procedimento disciplinar, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas no termo.

§ 3º Não correrá a prescrição no interstício do cumprimento dos compromissos firmados.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande-MS, 27 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2786/2020-PGJ, DE 25.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.3.2018, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.8.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2787/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, a ser usufruído no dia 31.8.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2794/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Antonio Siufi Neto, Fernando Martins Zaupa, Olavo Monteiro Mascarenhas, Paulo César Zeni, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e Romão Avila Milhan Junior para, sem prejuízo de suas funções, comporem grupo de estudo para fins de aperfeiçoamento da Resolução nº 23/2019-PGJ, de 16 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2769/2020-PGJ, DE 24.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 16 e 17.4.2016, a serem usufruídos nos dias 24 e 25.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2770/2020-PGJ, DE 24.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 30.9 a 7.10.2019, a serem usufruídos no período de 8 a 11.9.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2771/2020-PGJ, DE 24.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 26.8 a 4.9.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2788/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 27.3 a 3.4.2019, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.8.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2784/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas 6 (seis) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes aos quinquênios compreendidos nos períodos de 13.11.2008 a 4.2.2010, 5.2 a 4.8.2010, 5.8.2010 a 9.8.2017 e 10.8.2017 a 5.11.2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1882/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2785/2020-PGJ, DE 25.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido no período de 5.2.2002 a 3.2.2007, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/2165/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2793/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem na fase da persecução penal do Processo nº 0949166-65.2020.8.12.0001, em trâmite perante a 1ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2795/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2020, nos termos da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
12 e 13.9.2020	2ª PJ de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044 99964-4782
19 e 20.9.2020	2ª PJ de Ivinhema	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689 (44) 99775-3021
26 e 27.9.2020	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
5 a 7.9.2020	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
12 e 13.9.2020	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
19 e 20.9.2020	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
26 e 27.9.2020	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
5 a 7.9.2020	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
12 e 13.9.2020	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafên Mingati	98478-2027
19 e 20.9.2020	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042



26 e 27.9.2020	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99276-6748
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
5 a 7.9.2020	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
12 e 13.9.2020	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
19 e 20.9.2020	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
26 e 27.9.2020	3ª PJ de Sidrolândia	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
5 a 7.9.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
12 e 13.9.2020	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
19 e 20.9.2020	PJ de Sete Quedas	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
26 e 27.9.2020	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Jr.	99977-4355
12 e 13.9.2020	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
19 e 20.9.2020	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
26 e 27.9.2020	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
12 e 13.9.2020	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
19 e 20.9.2020	4ª PJ de Ponta Porã	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
26 e 27.9.2020	2ª PJ de Amambai	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
12 e 13.9.2020	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
19 e 20.9.2020	PJ de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073
26 e 27.9.2020	PJ de Anastácio	João Meneghini Girelli	99691-2601
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
5 a 7.9.2020	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
12 e 13.9.2020	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
19 e 20.9.2020	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
26 e 27.9.2020	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99825-0975
12 e 13.9.2020	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
19 e 20.9.2020	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
26 e 27.9.2020	2ª PJ de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	98478-2340
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
12 e 13.9.2020	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
19 e 20.9.2020	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
26 e 27.9.2020	2ª PJ de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
5 a 7.9.2020	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
12 a 13.9.2020	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
19 e 20.9.2020	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
26 e 27.9.2020	PJ de Brasilândia	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
5 a 7.9.2020	PJ de Bandeirantes	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
12 e 13.9.2020	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380



19 e 20.9.2020	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
26 e 27.9.2020	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
5 a 7.9.2020	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
12 e 13.9.2020	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
19 e 20.9.2020	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
26 e 27.9.2020	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2796/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de setembro de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
2 (18h01min) a 9.9.2020 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
9 (18h01min) a 16.9.2020 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
16 (18h01min) a 23.9.2020 (7h59min)	4ª	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99603-9203
23 (18h01min) a 30.9.2020 (7h59min)	6ª	Marcos Martins de Brito	99603-9203
30.9 (18h01min) a 7.10.2020 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2797/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de setembro de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
2 (18h01min) a 9.9.2020 (7h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	999312-5218
9 (18h01min) a 16.9.2020 (7h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	999312-5218
16 (18h01min) a 23.9.2020 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	999312-5218
23 (18h01min) a 30.9.2020 (7h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	999312-5218
30.9 (18h01min) a 7.10.2020 (7h59min)	9ª	Luciano Anechini Lara Leite	999312-5218

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2761/2020-PGJ, DE 21.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Waleska Pinto Luiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Aquidauana, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2762/2020-PGJ, DE 21.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Luzineth Alves do Espírito Santo, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Coxim, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços no Núcleo Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3595/2019-PGJ, de 27.9.2019, na parte que designou a referida servidora para prestar serviços na 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2773/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 19.8.2020, o servidor Nadson Soares de Oliveira, Chefe de Departamento, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Interna de Conservação de Energia, CICE, instituída por meio da Portaria nº 1513/2020-PGJ, de 4.5.2020, e revogá-la, a partir da referida data, na parte que designou o servidor João Marcelo Ribeiro dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2774/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 105/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente (Processo PGJ/10/2174/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2775/2020-PGJ, DE 25.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 68/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Karla Karoline Assumpção Cavalcante Nery, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas; 3.1) Suplente – Thyago Gonçalves Vieira, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo (Processo PGJ/10/1901/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2776/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 104/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/2175/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2777/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 92/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/2196/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2778/2020-PGJ, DE 25.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 87/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/2132/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2779/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 86/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/2131/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2780/2020-PGJ, DE 25.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 71/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/1890/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2789/2020-PGJ, DE 27.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 100/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Tonya Roberta Pettengill Novaes, Analista/Análise de Sistemas; 3.1) Suplente – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação (Processo PGJ/10/1934/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2790/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 90/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/2193/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2791/2020-PGJ, DE 27.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
DESIGNAÇÃO: SUPERVISÃO DOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	Técnico I/Administrativa.	25.8.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2792/2020-PGJ, DE 27.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 1058/2020-PGJ, de 19.3.2020, que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual para comporem comissão, de forma que, onde consta: “Comissão Especial de Licitação destinada a processar e julgar a licitação que visa a seleção de associações”, passe a constar: “Comissão de Credenciamento, destinada a credenciar associações” (Processo nº PGJ/10/3734/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 6ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002741-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviço público nos Centros Educacionais Infantis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BRASILÂNDIA/MS – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HENRIQUE MENDONÇA QUINTINO - IRREGULARIDADES – AUSÊNCIA DE ELETRODOMÉSTICOS ESSENCIAIS PARA FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO -DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ENCAMINHAMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E POR DOAÇÕES - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O presente procedimento deve ser homologado, ante a comprovação de que a Prefeitura Municipal de Brasilândia, após constatar a presença de irregularidades decorrentes de falta de aparelhos eletrodomésticos na instituição, encaminhou, através da Secretaria Municipal de Educação os aparelhos solicitados, bem como o Conselho de Comunidade, doou uma televisão para o Ceinf Henrique Mendonça Quintino, objeto da investigação, descaracterizando eventual omissão no proceder-dever da Administração municipal, esvaziando a pretensão atrial do inquérito civil deflagrado para o acautelamento dos direitos menoristas, pela perda superveniente de agir do *Parquet*. Desse modo, não há necessidade de promover ulteriores diligências, impondo-se para tanto o arquivamento dos autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001195-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no que tange a desvio de função dos servidores Francisney Pantaleão, ocupante do cargo efetivo de eletricista de manutenção, mas exercendo a função de motorista de caminhão; e de Cibele Maria B. P. Thiago, ocupante do cargo efetivo de psicóloga, mas informalmente auxiliando o vice-prefeito em suas funções junto ao Hospital de Brasilândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BRASILÂNDIA/MS – DESVIO DE FUNÇÃO – SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – DENÚNCIA ANÔNIMA - MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA – SERVIDORES MUNICIPAIS F.P e C.M.B.P.T – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AUSÊNCIA DE ÍNDICIOS E DESVIO DE FUNÇÃO – NÃO CORROBORAÇÃO DOS TERMOS DENUNCIADOS – NÃO CONFIGURAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AUSÊNCIA DE DANOS AO ERÁRIO PÚBLICO



MUNICIPAL OU AFRONTA AOS PRINCÍPIOS BASILARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de investigar possível desvio de função de servidores públicos municipais de Brasilândia, notadamente quanto ao sr. Francisney Pantaleão, concursado para o cargo de eletricitista, e Srª Cibele Maria Barboza Pereira Thiago, para o cargo de psicóloga. Realizadas as diligências instrutórias, não foram colhidos indícios aptos a corroborar os termos da denúncia anônima. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolatividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001324-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Juti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em gastos com pagamento de diárias para os edis e servidores da Câmara Municipal de Juti.

EMENTA: 1ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ - PATRIMÔNIO PÚBLICO – DENÚNCIA - CÂMARA MUNICIPAL DE JUTI/MS- APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NAS DIÁRIAS PAGAS AOS VEREADORES E SERVIDORES – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – IRREGULARIDADES DECORRENTES DE AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – ADVENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 600 – IRREGULARIDADES SANADAS - AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA DO AGENTE PÚBLICO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente apontadas foram sanadas, uma vez que a Câmara Municipal e o Município de Juti cumpriram integralmente a Recomendação Ministerial, e promulgaram legislação pertinente a regularização das diárias no âmbito do legislativo municipal, bem como não restou evidente os elementos de dolo na conduta dos agentes públicos aptos a configurar em atos de improbidade administrativa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000156-2

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação ao direito dos idosos pela empresa Viação Motta Ltda, ao negar o fornecimento de “Passe Livre” para transporte rodoviário.

EMENTA: 2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IVINHEMA-MS – PASSE LIVRE PARA IDOSOS – RECLAMAÇÃO FORMULADA POR O.A.C. – APURAR VIOLAÇÃO AO DIREITO DOS IDOSOS PELA EMPRESA VIAÇÃO MOTTA – GRATUIDADE DA PASSAGEM EM DIA ESPECÍFICO DA SEMANA - ANTT – AUSÊNCIA DE ATO INFRACIONAL - RESOLUÇÃO 4770/2015 ANNT – FREQUÊNCIA MÍNIMA DE OFERTA DOS BENEFÍCIOS E GRATUIDADES DE UMA VEZ POR SEMANA POR EMPRESA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – BENEFÍCIO CONCEDIDO AO IDOSO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou esclarecido nos autos que a reclamação de que só haveria o trecho de retorno Presidente Prudente-Ivinhema às quartas-feiras e não todos os dias é fato que não é exigível juridicamente. Segundo a Resolução nº 4770/15 da ANNT, que regulamenta a concessão de gratuidade e benefícios dos transportes terrestres interestaduais, as empresas devem oferecer na frequência mínima de uma vez por semana os bilhetes promocionais aos usuários não vinculados aos serviços convencionais. Desse modo, não incorre em ato infracional a empresa que oferece os benefícios em dias específicos e em frequência mínima de uma vez por semana. Assim, verifica-se que o presente inquérito civil atingiu o seu objetivo, notadamente em razão da ausência de irregularidades aptas a desencadear novas providências ministeriais, sendo, a homologação de arquivamento medida inarredável.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002114-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: João Gilberto Marcondes

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Rancho Moeda, localizada às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PORTO MURTINHO/MS - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL, BEM COMO A REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RANCHO MOEDA, LOCALIZADA ÀS MARGENS DO RIO APA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 06.2020.00000803-3 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 06.2020.00000803-3- fls. 195/196), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000222-8

Promotoria do Meio Ambiente da comarca de Justiça de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Angélica quanto à instalação de sistema de drenagem pluvial no Bairro Industrial do Município de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA/MS - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL QUANTO À INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL NO BAIRRO INDUSTRIAL - PROVIDÊNCIAS REALIZADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Denota-se que não foi constatada eventual omissão por parte da Prefeitura Municipal de Angélica quanto à instalação de sistema de drenagem pluvial no Bairro Industrial do Município de Angélica, tendo em vista a realização do recapeamento total da via em referência, notadamente onde havia o acúmulo de água parada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001013-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade cometida pelo Município de Terenos/MS, na contratação de enfermeiros por tempo determinado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TERENOS/MS - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE COMETIDA PELO MUNICÍPIO DE TERENOS, NA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIROS POR TEMPO DETERMINADO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Denota-se que fora promovida a exoneração dos servidores contratados temporariamente para o cargo de "enfermeiro plantonista" do Município de Terenos/MS, bem como restou demonstrada a realização das novas convocações para compor o quadro permanente de servidores da municipalidade, a fim de desempenhar tal atividade, consoante publicação no Diário Oficial da ASSOMASUL.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001161-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pela não homologação da promoção de arquivamento, nos termos do art. 26, §5º, da Resolução nº 015/2007 PGJ, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para a realização da diligência sugerida, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001456-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca da comarca de Inocência



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Américo Paulo Ferreira, Geraldo Ramos dos Santos e Leonardo Rodrigues da Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no Assentamento Serra, decorrente de utilização de área de reserva legal nos lotes 26, 37 e 55.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE INOCÊNCIA/MS - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO SERRA, DECORRENTE DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE RESERVA LEGAL NOS LOTES 26, 37 E 55 - ÁREA RURAL CONSOLIDADA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que no decorrer das investigações, a Polícia Militar Ambiental compareceu ao imóvel e entendeu que os assentados Aparecido Pires Mariano, Américo Paulo Ferreira e Leonardo Rodrigues da Silva estariam explorando irregularmente área de reserva legal delimitada em bloco no "Assentamento Serra". Dessa forma, oficiou-se ao Superintendente Regional do Incra, oportunidade em que explanou que o Projeto de Assentamento Serra foi criado por intermédio da Portaria Incra nº 67, de 11 de dezembro de 1997, salientando que a reserva legal dos assentamentos criados até 22 de julho de 2008, será constituída com a vegetação nativa existente naquela data, mesmo em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, da Lei nº 12.651/2012, conforme art. 54, da Instrução Normativa MMA nº 2/2014, consubstanciando áreas antropizadas, passíveis de uso agropecuário. Desta feita, não há que se falar em continuidade das investigações do presente procedimento, porquanto ausente o dano ambiental, uma vez que a área de vegetação nativa então existente fora registrada como reserva legal, porém, os fatos descritos pela PMA não estão inseridos em área de reserva legal, concluindo-se que se trata de uma área consolidada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001553-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e Hidráulica Lima Ltda.-ME

Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa em procedimentos licitatórios deflagrados pelo Município de Ponta Porã em que houve a participação da empresa Hidráulica Lima LTDA ME.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DEFLAGRADOS PELO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ EM QUE HOUVE A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA "HIDRÁULICA LIMA LTDA.-ME" - DENÚNCIA APÓCRIFA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Primeiramente, com relação às alegações de que a empresa Hidráulica Lima LTDA ME apresentou em seu envelope de habilitação uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo com indícios de fraude nas Tomadas de Preço 003/2019 e 004/2019, impende pontuar que o próprio órgão que o emitiu constatou que se trata apenas de certidão inexistente, verificando um possível vício. Somado a isso, a empresa juntou Relatório de Responsabilidade Técnica (n. 5583705), sem nenhum índice de falsificação ou erro aparente e devidamente emitido pelo CAU, oportunizando que tal empresa ainda fosse considerada habilitada. Outrossim, no que tange às alegações de que na Tomada de Preço 011/2019, processo administrativo n. 6.898/2019, as certidões de acervo técnico juntadas para habilitação da empresa Hidráulica Lima LTDA ME foram emitidas em data posterior a abertura dos envelopes da licitação, ocorrida no dia 30/05/2019, porém, se constatou que o documento não foi utilizado nesta licitação, mas sim em licitações posteriores. No que se refere às alegações de que a Administração Pública supostamente atestou quantitativos inverídicos, ou seja, que o número da metragem presentes nos atestados da Prefeitura era diferente da metragem existente no contrato e planilha orçamentária das obras, visando viabilizar a habilitação da empresa; verificou-se após comparação dos dados previstos nos projetos básicos das licitações (tomadas de preço n. 003/2019, 004/2019 e 011/2019), tanto nos memoriais descritivo, de cálculo e planilhas orçamentárias anexos ao Termo de Referência, quanto as Planilhas Orçamentárias anexas, verificou-se realmente haver divergência entre eles. Por outro prisma, é imperioso ressaltar que as falhas procedimentais existentes não apontam indícios de superfaturamento ou prejuízos da competitividade, inexistindo, assim, dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa, pois, desse ângulo, não restou verificado nenhuma conduta lesiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.000001561-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: José Milton Silvestre de Souza.



Assunto: Apurar conduta incompatível com os deveres do cargo de servidor público estadual verificando a existência de indícios de ato de improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR POSSÍVEL CONDUTA INCOMPATÍVEL COM OS DEVERES DO CARGO DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – EXONERAÇÃO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO. A promoção de arquivamento merece ser homologada. O presente procedimento investigatório originou-se a partir de notícia de que o Gerente da Agência do Detran de Antônio João/MS, Sr. José Milton Silvestre de Souza, estaria confeccionando uma tarrafa (rede de pesca) em horário de expediente, dentro do órgão. Infere-se dos autos que tais fatos já foram apurados através do Auto de Investigação Preliminar nº 132/2019/COTRA/DETRAN/MS, o qual fora arquivado em 16/12/2019, tendo em vista o fato de o Sr. José Milton Silvestre de Souza ter sido exonerado do cargo, não exercendo cargo público atualmente. Dessa forma, com a exoneração do servidor em referência, tem-se a perda do objeto do presente feito, tornando-se ausente de justa causa à continuidade do feito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001707-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Oliveira Rosa

Assunto: Apurar desmatamento de 18,29 hectares em áreas de vegetação ciliar (aluvial), na Chácara São José, no Município de Nova Alvorada do Sul, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 398/19/NUGEO- Programa DNA Ambiental 2016-2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL – APURAR DESMATAMENTO DE 18,29 EM ÁREAS DE VEGETAÇÃO CILIAR NA CHÁCARA SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL, CONFORME PARECER Nº 398/19/NUGEO - PROGRAMA DNA AMBIENTAL 2016-2017 - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento, ao meu ver, merece ser homologada. Isto porque, conforme fundamento do respectivo arquivamento do presente feito, o qual seria de que a única irregularidade constatada foi o desmate realizado em período posterior à validade da prévia autorização expedida pela autoridade administrativa ambiental (nº 156/2012), uma vez que referida propriedade se encontra devidamente regularizada junto ao Órgão Ambiental, tendo inclusive efetuado a inscrição no CAR (CARMS0026993), no qual não consta nenhum passivo ambiental, como sendo a consequência mais adequada a aplicação de penalidade de multa administrativa, que para tanto, restou determinado que fosse oficiado ao IMASUL, para as devidas providências.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000556-9

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Mundo Novo

Requerentes: Euripedes de Souza Silva, Graciele Santos da Silva, Aldenice Velani, Adriana de Oliveira, Mônica Letícia Pedro e Flávia dos Santos Leão

Requerida: SANESUL.

Assunto: Apurar irregularidades no fornecimento de água, em diversos bairros, em Mundo Novo/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE MUNDO NOVO/MS - APURAR IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE ÁGUA - PROVIDÊNCIAS SENDO REALIZADAS - RECOMENDAÇÃO ACATADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Segundo os elementos acostados nos autos, restou demonstrado que a Empresa SANESUL vem cumprindo a Recomendação nº 0002/2020/01PJ/MUV, adotando medidas eficazes a fim promover a regularidade do serviço de distribuição domiciliar de água tratada, em todos os bairros desta cidade de Mundo Novo/MS. Denota-se que as representantes afirmaram que as medidas adotadas têm se mostrado eficazes, uma vez que o fornecimento de água em suas residências se normalizou. Ademais, impende salientar que não foram registradas novas reclamações acerca de problemas no abastecimento de água na cidade.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2016.00000312-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar



Assunto: Apurar denúncia de que a senhora Gelza de Carvalho (irmã do Presidente da Câmara Municipal), funcionária da APAE, estaria sendo paga pelo município de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - APURAÇÃO DE SUPOSTO CASO DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - EXONERAÇÃO DA SERVIDORA G.C.O.C. - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA B.A.S. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que reconhecida a falta de profissionais atuantes na área específica e ante a capacidade técnico-profissional da servidora Barbara Andriely, bem como diante da exoneração da outra servidora.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00000029-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na montagem da 'Cidade do Natal' pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA MONTAGEM DA 'CIDADE DO NATAL' PELA PREFEITURA DE CAMPO GRANDE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ART. 23, INCISO I, DA LEI N.º 8.429/92 - SUPOSTO DANO AO ERÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que não há nos autos provas conclusivas de prejuízo ao erário, ante a ausência de todos os documentos pertinentes, notadamente porque foram disponibilizadas planilhas orçamentárias gerais, projetos arquitetônicos incompletos, sem que fosse possível analisá-los a contento. Dessa forma, em que pese a existência de notícias de irregularidades que envolveriam o Prefeito do Município de Campo Grande à época dos fatos investigados, que caracterizariam de improbidade administrativa, todavia, eventual ajuizamento de ação civil pública seria inviável ante a prescrição prevista no art. 23, inciso I, da Lei nº 8.429/925, tendo em vista que o término do mandato do então Prefeito se deu em 31.12.2012. Cumpre salientar que o prazo quinquenal somente não atinge as ações de ressarcimento, nos casos em que se constate efetivos danos ao erário. Nesse sentido, não foi possível encontrar provas da materialidade de eventual desvio de dinheiro público que pudessem ensejar o ajuizamento de Ação de Ressarcimento ao Erário, ante a ausência de comprovação do efetivo dano ao erário passível de ressarcimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00000747-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Alcinópolis

Assunto: Apurar notícia veiculada no site www.edicaoms.com.br, no dia 15 de março de 2012, de gastos com diárias pagas aos vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Alcinópolis, com valor aproximado à folha mensal de pagamentos de funcionários no mês de fevereiro/2012 daquela Casa de Leis (evolução do IC 004/2012).

Advogado: Jordelino Garcia de Oliveira – OAB/MS nº 5.971.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - APURAR NOTÍCIA DE GASTOS COM DIÁRIAS PAGAS AOS VEREADORES E FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - RELATÓRIO ELABORADO PELO DAEX - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE DOLO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. Infere-se dos autos que, em relatório contábil elaborado pelo DAEX, verificaram-se possíveis inconsistências nas diárias recebidas no período compreendido entre janeiro de 2011 e março de 2012, pelos vereadores Roniz Dias de Souza, Valdeci Lima de Oliveira, Elienio Almeida de Queiroz, Jackson Martins França, Izamita Alves Leite, Aloisio Martins Pereira e servidores da Câmara Municipal de Alcinópolis, Neilo Nunes Barbosa, uma vez que para estes, o pagamento das diárias representou cerca de 50% do valor de suas remunerações. Com efeito, para que a conduta do agente público se amolde à Lei de Improbidade, faz-se mister, além da demonstração de lesividade ao erário, que, haja a demonstração do elemento subjetivo na conduta do agente. *In casu*, as ações cuja pretensões sejam a imposição de sanções por atos de improbidade administrativa contra a maioria dos investigados encontram-se prescritas. É de se recordar que o prazo de prescrição da exigibilidade da sanção por improbidade é de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 23, inciso I da Lei 8.429/92. Ressalte-se que somente dois dos vereadores conseguiram a reeleição. Ademais, não se logrou demonstrar que não tivesse havido a contraprestação de trabalho ou pagamento das diárias.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000180-7**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na cessão de área pública pelo Município de Dourados à empresa Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA AUTORIZAÇÃO DE USO DE TERRENO PÚBLICO POR EMPRESA - IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA – OBJETO DISCUTIDO NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 40/2013 - ATO DISCRICIONÁRIO DO PODER PÚBLICO - BENFEITORIAS INCORPORADAS AO TERRENO – AUSÊNCIA DE QUALQUER PREJUÍZO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o objeto do presente feito já foi discutido nos autos do Procedimento Preparatório nº 40/2013, arquivado no dia 21/11/2013, conforme publicação do DOMPMS nº 711. Ademais, a autorização de uso de bem público é ato discricionário do poder público, sendo prescindível de licitação, bem como, todas as benfeitorias realizadas no terreno serão incorporadas ao imóvel, não havendo qualquer tipo de dano ao erário. Por fim, a construção realizada pela empresa Taurus no terreno cedido pela Prefeitura de Dourados está de acordo com as normas locais e possui autorização de funcionamento da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002707-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Edvaldo Alves de Queiroz e outros a apurar

Assunto: Apurar irregularidades nos procedimentos licitatórios para aquisição de medicamentos no mandato do ex-Prefeito Municipal, Sr.

Edvaldo Alves de Queiroz, nos anos de 2005 a 2007.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO - ERRO MATERIAL NA EMISSÃO DE NOTA FISCAL - SUPOSTO DANO AO ERÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que consoante informações prestadas pela empresa requerida e conforme cópia dos processos licitatórios encaminhados pela Prefeitura de Água Clara, houve erro material na emissão das notas fiscais, que não constaram quais licitações correspondiam. Assim, após a análise de todos os documentos acostados, não houve a comprovação de dano ao erário que ensejasse o ajuizamento de ação de ressarcimento. Ademais, os valores pagos a mais, os quais não apresentam notas fiscais, correspondem somente a R\$-67,00 (sessenta e sete reais). Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000277-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agropecuária Santa Luzia Adélia

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da degradação de Área de Preservação Permanente situada na propriedade rural denominada Fazenda Santa Adélia, neste município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC EM DESACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC NÃO HOMOLOGADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se em desacordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, visto que não foi estabelecida cláusula referente às multas a serem aplicadas em caso de descumprimento das obrigações assumidas. Assim, torna-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que proceda a retificação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o requerido, para se definir a sanção pecuniária em caso de eventual descumprimento. Desse modo, voto pela NÃO homologação do TAC, e, por consequência, pela NÃO homologação da promoção de arquivamento do presente inquérito civil, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que corrija o TAC em questão.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pela não homologação do TAC, e, por consequência, pela não homologação da promoção de arquivamento do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 26, § 5.º, da Resolução nº 015/2007 PGJ, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que seja feita a retificação do Termo de Ajustamento firmado com o requerido, nos termos do voto do Relator.

**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000885-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta malversação de recursos públicos consistentes na inadequada transferência do valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) pelo Executivo Municipal à Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso do Sul, para a realização de atividade esportiva consistente em uma competição de motocicletas da modalidade “motocross”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL - DENÚNCIA ANÔNIMA – SUPOSTA MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS - TRANSFERÊNCIA DE VALOR PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO DE MOTOCROSS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL INTEGRALMENTE ACATADA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Impõe-se o arquivamento de Inquérito Civil quando as diligências adotadas pelo *Parquet* se mostram satisfatórias, havendo o atendimento integral da Recomendação Ministerial, que visou à abstenção de espécie de fomento em que concentra a maior parte dos recursos em uma única atividade esportiva, promovendo a metade do valor restante em apenas quatro outros segmentos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001759-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar eventual desvio de verba pública destinada ao pagamento de servidores municipais da saúde do Município de Rio Negro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - EVENTUAL DESVIO DE VERBA PÚBLICA DESTINADA AO PAGAMENTO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DA ÁREA DA SAÚDE - ATRASO OCORRIDO NA GESTÃO ANTERIOR - ATO ÍMPROBO NÃO COMPROVADO - AUSÊNCIA DE DOLO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Correto o arquivamento de inquérito civil instaurado para apurar eventual desvio de verba pública, destinada ao pagamento de servidores municipais da saúde, quando as irregularidades apontadas estão sendo gradativamente sanadas, bem como não se comprova o dolo na conduta do agente público em não realizar os pagamentos de salários antigos, nas datas de seus vencimentos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003037-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Conágua Ambiental Ltda e Jailton José de Lima

Assunto: Apurar supostos abusos na utilização da Autorização Ambiental para Manejo de Ictiofauna na UHE São Domingos, consistentes na realização de pesca fora dos limites permitidos e na utilização de petrechos ilegais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PESCA PREDATÓRIA - UTILIZAÇÃO DE PETRECHO PROIBIDO PARA PESCA EM ÉPOCA DE PIRACEMA - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAR EVENTUAL CRIME AMBIENTAL - INSTAURAÇÃO DE OUTRO INQUÉRITO CIVIL VISANDO APURAR AS TÉCNICAS DE MANEJO UTILIZADAS PELA EMPRESA CONÁGUA AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que em relação a prática de eventual crime ambiental praticado pelo funcionário da empresa requerida, houve a instauração de inquérito policial que já apura os fatos. Ainda, após a análise técnica realizada pelo DAEX e a notícia da ocorrência de mortandade de peixes as margens do Rio Verde, instaurou-se Inquérito Civil nº 06.2018.00003023-1, visando apurar as técnicas de manejo realizadas pela empresa Conágua Ambiental, bem como buscar soluções para a adequação do sistema de manejo dos peixes. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000963-2**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Patrícia Oliveira Acioli

Assunto: Apurar eventual acúmulo irregular de cargos públicos praticado por Patrícia Oliveira Acioli no Município de Corumbá/MS e no Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - APURAR EVENTUAL ACÚMULO IRREGULAR DE CARGOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS E NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - HIPÓTESE DE ACUMULAÇÃO PERMITIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois trata de hipótese de acumulação de cargo público, com compatibilidade de horário, permitida pela legislação. Inteligência do artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000912-1

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas Ltda e outros.

Assunto: Apurar notícia de prática abusiva aos direitos dos consumidores pelo Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas Ltda, consistente na cobrança indevida do valor pecuniário de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para realização de exames devidamente cobertos pelo convênio UNIMED.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - CONSUMIDOR - APURAR NOTÍCIA DE PRÁTICA ABUSIVA AOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES PELO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CARLOS CHAGAS LTDA, CONSISTENTE NA COBRANÇA INDEVIDA DO VALOR PECUNIÁRIO DE R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DEVIDAMENTE COBERTOS PELO CONVÊNIO UNIMED - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ ENUNCIADOS Nº 09 E 22 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002891-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo Presidente da Câmara Municipal de Deodápolis/MS e pelo servidor Antônio Ferreira de Carvalho, consistente no pagamento e recebimento de gratificações irregulares a este último.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO, EM TESE, PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS/MS E POR SERVIDOR PÚBLICO CONSISTENTE NO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÕES IRREGULARES - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois não restou comprovado nos autos o recebimento indevido de gratificação e/ou adicional pelo servidor público. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002387-4

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar



Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Cabeceira Bom Jardim, área única e veredas localizadas em propriedade particular denominada “Chácara do Pastor”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO CABECEIRA BOM JARDIM, ÁREA ÚNICA E VEREDAS LOCALIZADAS EM PROPRIEDADE PARTICULAR DENOMINADA “CHÁCARA DO PASTOR” – IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução DAEX elaborou Relatório de Vistoria Técnica e constatou que a área de preservação permanente encontra-se em bom estado de conservação da vegetação. Irregularidade não constatada. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001327-2

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar condições sanitárias, estrutural e a observância das normas de proteção e prevenção contra pânico e incêndio do Estádio Municipal Aral Moreira, em Ponta Porã/MS.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - INVESTIGAR CONDIÇÕES SANITÁRIAS, ESTRUTURAL E A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA PÂNICO E INCÊNDIO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ARAL MOREIRA EM PONTA PORÃ/MS - MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após a intervenção do órgão de execução e a realização de diversas diligências, as medidas necessárias para regularizar o funcionamento do Estádio Municipal Aral Moreira foram adotadas. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000016-2

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Formiga, área úmida e veredas, parcialmente inserida em área pública municipal e em propriedade particular, assim com a atuação do Município de Campo Grande/MS em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

Advogada: Caroline Mendes Dias – OAB/MS nº 13.248.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO FORMIGA, ÁREA ÚMIDA E VEREDAS, PARCIALMENTE INSERIDA EM ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL E EM PROPRIEDADE PARTICULAR, ASSIM COM A ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS EM EFETIVAR A FISCALIZAÇÃO E A RECOMPOSIÇÃO DOS DANOS EXISTENTES - TAC FIRMADO – INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ -ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000609-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aparecida Gonçalves Claudino



Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da prática de perturbação de sossego alheio em razão da emissão sonora de ruídos acima dos níveis permitidos em estabelecimento localizado na Rua Márcia Mendes, 2415, no Bairro Jardim Alvorada, em Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE TRES LAGOAS - APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA PRÁTICA DE PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO ALHEIO EM RAZÃO DA EMISSÃO SONORA DE RUÍDOS ACIMA DOS NÍVEIS PERMITIDOS EM ESTABELECIMENTO LOCALIZADO EM TRÊS LAGOAS/MS - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A proprietária do estabelecimento encerrou as atividades da empresa, em razão da falta de capacidade financeira para as devidas adequações estruturais para mitigação dos impactos referentes aos ruídos. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001184-9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 07, localizado na Rua Sílex, 74, nesta Capital, cadastrado em nome de Valdir Izidoro de Souza, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR POSSÍVEL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - DANO AMBIENTAL CONSTATADO - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 613 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES – RETORNO DOS AUTOS EM DILIGÊNCIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Adequação do ato administrativo de aprovação do loteamento urbano com as normas urbanísticas e ambientais vigentes a época não é suficiente para arquivamento do feito. Vedação de incidência da teoria do fato consumado em questões envolvendo o meio ambiente. Inteligência da Súmula 613 do Superior Tribunal de Justiça. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para acatamento das diligências sugeridas. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pela não homologação da promoção de arquivamento, nos termos do artigo 26, § 6º, I da Resolução nº 015/2007-PGJ/MS, com redação dada pela Resolução n. 005/2019-CPJ, de 5 de abril de 2019, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para acatamento da diligência sugerida, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003651-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o desempenho irregular de função da servidora pública V. R. E. de A., a qual estaria atuando como psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde e em cargo comissionado de coordenadora do CRAS do Município de Bodoquena/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA - APURAR O DESEMPENHO IRREGULAR DE FUNÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA QUE ESTARIA ATUANDO COMO PSICÓLOGA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E EM CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DO CRAS DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA/MS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois não restou comprovada má-fé da servidora pública, uma vez que continuou prestando seus atendimentos no Posto de Saúde, em razão da compatibilidade de horários, bem como há previsão legal para cumulação de vencimentos. Ademais, atualmente encontra-se exercendo apenas o cargo efetivo de psicóloga, circunstâncias que, a priori, demonstram boa-fé. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

**10. Inquérito Civil nº 06.2019.00001634-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Milton Spósito Prado

Assunto: Apurar irregularidades ambientais no Sítio Carajá Cuê, especificamente no que tange ao desmatamento constatado pela Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ELDORADO - MEIO AMBIENTE – APURAR IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NO SÍTIO CARAJÁ CUÊ, ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE AO DESMATAMENTO CONSTATADO PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ ENUNCIADOS Nº 09 E 22 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001209-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eric Jan Roonda

Assunto: Apurar o armazenamento de agrotóxicos e embalagens vazias na Fazenda Procomp/Cedro, de propriedade de Eric Jan Roonda, localizada no Município de Aral Moreira/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR O ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICOS E EMBALAGENS VAZIAS NA FAZENDA PROCOMP/CEDRO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA/MS - MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após a intervenção do órgão de execução e a realização de diversas diligências, as medidas necessárias para destinação adequada das embalagens de agrotóxico foram adotadas. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001223-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a implantação no âmbito do Município de Paranaíba da Carta de Serviços ao Usuário.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE PARANAIBA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR A IMPLANTAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO - ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em atendimento à Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça de origem, o Município de Paranaíba adotou as medidas necessárias para implementar no âmbito da municipalidade a Carta de Serviços ao Usuário. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000344-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar potenciais danos ao meio ambiente decorrentes da instalação de pequena central hidrelétrica, denominada PCH-Cipó, no Córrego Água Branca, localizada nos Municípios de Sonora e Pedro Gomes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POTENCIAIS DANOS AO MEIO AMBIENTE DECORRENTES DA



INSTALAÇÃO DE PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA, DENOMINADA PCH-CIPÓ, NO CÓRREGO ÁGUA BRANCA, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE SONORA E PEDRO GOMES. IRREGULARIDADES NÃO CONFIRMADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a Promoção de Arquivamento deve ser homologada, uma vez que as supostas irregularidades que deram ensejo a presente investigação não se confirmaram. Isso porque, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que a central hidrelétrica denominada PCH Cipó não foi sequer instalada, estando em fase de requerimento e processamento, junto ao IMASUL, pela concessão da Licença Ambiental Prévia, análise essa de competência do órgão ambiental. Conforme pontuado pelo i. Promotor de Justiça, “Não obstante, assim que se iniciarem os trabalhos para a instalação da PCH-Cipó nesta municipalidade, este órgão de execução instaurará novo procedimento investigativo para acompanhamento, assim como para coibir que danos sejam causados ao meio ambiente” (fl. 272). Dessa forma, tendo em vista inexistem, na atualidade, danos ao meio ambiente, visto que ainda não foram iniciadas as obras para sua instalação, inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002819-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual fraude em processo licitatório e fornecimento de mercadorias destinadas a merenda escolar e materiais de expedientes adquiridos pelo Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL FRAUDE EM PROCESSO LICITATÓRIO E FORNECIMENTO DE MERCADORIAS DESTINADAS A MERENDA ESCOLAR E MATERIAIS DE EXPEDIENTES ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL-MS. DENÚNCIA GENÉRICA E DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003581-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura e Câmara Legislativa do Município de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar eventual situação de risco ao meio ambiente, uma vez que Área de Preservação Ambiental (APA) dos Rios Vacaria e Anhanduí foram, em tese, desafetadas para beneficiar interesses puramente econômicos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL SITUAÇÃO DE RISCO AO MEIO AMBIENTE, UMA VEZ QUE ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (APA) DOS RIOS VACARIA E ANHANDUÍ FORAM, EM TESE, DESAFETADAS PARA BENEFICIAR INTERESSES PURAMENTE ECONÔMICOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA CONDUTA DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO EM REALIZAR A EXTINÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS FÁTICOS OU JURÍDICOS QUE SIRVAM DE BASE OU JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 0 6.2019.00000853-3

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - MS

Assunto: Apurar eventual demanda reprimida para realização de cirurgia de reversão de ostomia no Município de Campo Grande e no Estado de Mato Grosso do Sul e medidas necessárias à redução da fila de espera por tal procedimento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DEMANDA REPRIMIDA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE REVERSÃO DE OSTOMIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E MEDIDAS NECESSÁRIAS À REDUÇÃO DA FILA DE ESPERA POR TAL PROCEDIMENTO. DEMANDA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE REVERSÃO DE OSTOMIA REDUZIDA. AUSÊNCIA DE RAZÕES SUFICIENTES PARA O PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO E/OU PARA A PROPOSITURA DE



AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a demanda para a realização de cirurgia de reversão de ostomia é baixa, não havendo números expressivos de pacientes na fila de espera. Além disso, verifica-se que tanto o Estado como o Município não estão sendo omissos/negligentes com a questão, adotando providências para fornecer atendimento a todos os pacientes, conforme exposto em Promoção de Arquivamento do feito. Dessa forma, inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001523-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Negro e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar os motivos pelos quais o Município de Rio Negro está abaixo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação no que toca à nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e quais as medidas necessárias para a adequação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR OS MOTIVOS PELOS QUAIS O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO ESTÁ ABAIXO DA META ESTABELECIDADA PELO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO QUE TOCA À NOTA NO IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA) E QUAIS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA A ADEQUAÇÃO. MELHORA NA NOTA OBTIDA PELO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO NO IDEB 2017. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas na denúncia que desencadeou a presente investigação foram sanadas, uma vez que, comparando o IDEB 2015 com o IDEB 2017, verifica-se que houve significativa melhora da nota obtida pelo Município de Rio Negro, o que demonstra que os requeridos estão preocupados em promover a evolução da educação, no tocante à rede pública de ensino, adotando providências para melhorar o fluxo e o aprendizado nas unidades de ensino local, o que repercutirá no IDEB de 2019 e seguintes. Posto isso, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001699-9

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ingerência do Grupo de Apoio Especial na classificação de risco realizada pelos enfermeiros e médicos nas Unidades de Saúde da Rede de Urgência da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL INGERÊNCIA DO GRUPO DE APOIO ESPECIAL NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO REALIZADA PELOS ENFERMEIROS E MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº 0807821-48.2019.8.12.0001 COM OBJETO IDÊNTICO AO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se das informações prestadas pelo Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul COREN que, em fiscalização nas unidades de saúde pública de Campo Grande/MS, não foi constatada a interferência indevida do Grupo de Apoio do Município na classificação de risco realizada pelos profissionais de enfermagem, além de que os profissionais de enfermagem afirmaram que a situação que deu origem ao procedimento não persistia. Por outro lado, verifica-se que a questão da fiscalização das filas do setor de Classificação de Risco pelo Município encontra-se judicializada nos autos do processo nº 0807821- 48.2019.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Dessa forma, verifica-se que houve a perda do objeto do presente Inquérito Civil, inexistindo razões para o prosseguimento deste procedimento, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001757-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Altieres Barroso de Lima

Assunto: Registrar o reclamo da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica em relação a autuação em desfavor de Altieres Barroso de Lima, por armazenar produto perigoso a saúde humana e ao meio ambiente em desacordo com as normas legais e sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. REGISTRAR O RECLAMO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE COSTA RICA EM RELAÇÃO A AUTUAÇÃO EM DESFAVOR DE ALTIERES BARROSO DE LIMA, POR ARMAZENAR PRODUTO PERIGOSO A SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE EM DESACORDO COM AS NORMAS LEGAIS E SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. RETORNO DE DILIGÊNCIAS. DILIGÊNCIA CUMPRIDA. ENTIDADE BENEFICIÁRIA DA INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA CADASTRADA NO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise das informações prestadas pela Promotoria de Justiça de origem às fls. 70-80, verifica-se que houve o cumprimento das diligências solicitadas por este Relator anteriormente, na medida em que o i. Promotor de Justiça esclareceu que a entidade Centro Espírita Amor e Caridade, ora indicada no TAC de fls. 37-41 como beneficiária do valor a ser pago a título de indenização pelo dano ambiental causado, é encontrada no Cadastro das Entidades Beneficiárias de TAC, dentro do sítio eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com o nome “CASA DA SOPA”. Nesse sentido, em busca ao nome “CASA DA SOPA” na página eletrônica do Cadastro das Entidades Beneficiárias de TAC, verifica-se que, de fato, se trata da mesma entidade que o Centro Espírita Amor e Caridade, sendo este o nome que consta no registro legal, de CNPJ nº 01.236.116/0001-97. Assim, verificando que se trata da mesma instituição (Casa da Sopa – Centro Espírita Amor e Caridade, cujo CNPJ é o 01.236.116/0001-97), tem-se que a entidade Centro Espírita Amor e Caridade está cadastrada no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em observância ao que preconiza o Enunciado nº 12 do Conselho Superior do Ministério Público, e o artigo 36 da Resolução nº 15/2007-PGJ, não havendo necessidade de adequação do termo de compromisso firmado. Posto isso, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000838-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa decorrente de desobediência à ordem judicial por parte do gestor municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE DESOBEDIÊNCIA À ORDEM JUDICIAL POR PARTE DO GESTOR MUNICIPAL. OBJETO DO PROCEDIMENTO ABRANGIDO PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 0900047-10.2019.8.12.0054 E PELO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00003138-5. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a Promotoria de Justiça comunicou que o objeto do presente procedimento encontra-se abrangido pela Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa nº 0900047-10.2019.8.12.0054, ajuizada em face do Prefeito Municipal Arlei Silva Barbosa e do advogado Oliveira Sérgio Borges Silveira, em razão da reiterada inércia dos réus em conferir o devido impulso a processos judiciais. Por outro lado, verifica-se que a Promotoria de Justiça recomendou ao Município de Nova Alvorada do Sul, no Inquérito Civil nº 06.2018.00003138-5, a instituição da Procuradoria Geral do Município e a criação de cargos de Procurador Jurídico, a serem preenchidos por meio de concurso público de provas ou de provas de título, o que evitará a reiteração de problemas como o do presente procedimento. Assim, verificando que o objeto e a solução do presente Procedimento Preparatório se encontra abrangido pelo processo judicial nº 0900047-10.2019.8.12.0054 e pelo Inquérito Civil nº 06.2018.00003138-5, inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Ante o exposto, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001399-8

Promotoria de Justiça do Meio ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento ilegal, a corte raso, de 220,00 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão



ambiental, na Fazenda denominada São João, no Município de Pedro Gomes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO ILEGAL, A CORTE RASO, DE 220,00 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, NA FAZENDA DENOMINADA SÃO JOÃO, NO MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES/MS. INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL. IMÓVEL INSCRITO NO CAR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do procedimento está esgotado, uma vez que, nas duas vistorias realizadas pela Polícia Militar Ambiental, nos anos de 2015 e 2017, não restou constatado qualquer dano ambiental existente na Fazenda São João. Outrossim, verifica-se que a propriedade está devidamente inscrita no CAR. Dessa forma, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001730-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar suposta irregularidade na aplicação das verbas destinadas à reforma da Casa Abrigo do Município de Nioaque/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA APLICAÇÃO DAS VERBAS DESTINADAS À REFORMA DA CASA ABRIGO DO MUNICÍPIO DE NIOAQUE/MS. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NÃO CONFIRMADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que, após diversas diligências adotadas pelo *Parquet* de origem, as supostas irregularidades que originaram a presente investigação não se confirmaram, porquanto se verificou, por meio das informações prestadas pelo Município de Nioaque e dos depoimentos colhidos nos autos, que as pequenas "reformas" na Casa Abrigo contratadas pelo ente municipal foram efetivamente implementadas no referido imóvel, havendo, pois, a correta aplicação das verbas públicas destinadas para tanto. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001066-1

1ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário AGEPEM e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a superlotação carcerária do estabelecimento prisional de Cassilândia-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CASSILÂNDIA-MS. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que no decorrer do procedimento a Promotoria de Justiça de origem ajuizou Ação Cautelar de Interdição Parcial o Estabelecimento Prisional de Cassilândia em face da AGEPEM e do Estado de Mato Grosso do Sul (fls. 26-31, 55/56), a qual foi julgada improcedente com base na existência do Provimento nº 01/2003, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, condicionando a interdição dos estabelecimentos prisionais à observância de procedimentos administrativos prévios de sua Corregedoria-Geral, tendo em vista que seria ato de natureza administrativa e deveria atender aos seus requisitos de validade. Em sede recursal, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul entendeu pela ausência de inconstitucionalidade de ato administrativo que prevê procedimentos necessários a serem observados no caso de interdição ou outras medidas em estabelecimentos penais, dada a gravidade da medida, tratando-se de exercício regular do Poder Correicional. Diante disso, verifica-se que a propositura de Ação Civil Pública seria inócua, posto que o resultado da prestação jurisdicional novamente seria no sentido de que há necessidade de observância do disposto no Provimento nº 01/2003. Assim, frente à perda superveniente do interesse de agir, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000756-7

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Edna Silva Galiza Bezerra - MEI

Assunto: Apurar a notícia de que Edna Silva Galiza Bezerra - MEI teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A NOTÍCIA DE QUE EDNA SILVA GALIZA BEZERRA - MEI TERIA



DESCUMPRIDO OBRIGAÇÕES SANITÁRIAS E ASSIM COLOCADO EM RISCO A VIDA E A SAÚDE DE CONSUMIDORES NESTA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas pactuadas no TAC, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002050-4 (fl. 58), nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ e em observância ao Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000050-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerentes: Ministério Público Estadual e Conselho Estadual de Trânsito-CETTRAN-MS

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar a conduta omissiva do gestor municipal em não proceder a integração do Município Requerido ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme obrigação disposta no artigo 24 da Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Julgamento prejudicado em razão de ter sido julgado na 5ª Sessão Virtual de 20.7.2020.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000631-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta prática de ato de improbidade administrativa, decorrente do fato de Cícero dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores de Naviraí, ter se valido de seu cargo e do prestígio político do mesmo para obter a emissão de um alvará.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A NOTÍCIA DE SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DECORRENTE DO FATO DE CÍCERO DOS SANTOS, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVIRAÍ, TER SE VALIDO DE SEU CARGO E DO PRESTÍGIO POLÍTICO DO MESMO PARA OBTER A EMISSÃO DE UM ALVARÁ – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que não restou configurada improbidade administrativa pelo Presidente da Câmara Municipal à época dos fatos, bem como não houve a comprovação de recebimento de vantagem indevida descrita no art. 9º, inc. I, da Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa); 3. Restou demonstrado que, apesar do então Presidente da Câmara Municipal ter auxiliado particular na obtenção de alvará, não o fez de forma exclusiva para atender interesse particular, mas para auxiliar no funcionamento da administração pública, tendo em vista que o servidor público responsável se encontrava em viagem, não havendo tempo hábil para aguardar o seu retorno para a prática do ato; 4. Ademais presente caso, observa-se que ocorreu a perda do mandato eletivo do vereador Cícero dos Santos em 23.3.2015, tendo a prescrição ocorrido em 22.3.2020, consoante Decreto Legislativo Nº 1, de 23 de março de 2015; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 25 de agosto de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E APEC**

Processo nº PGJ/10/1587/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (APEC)**, mantenedora da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Augusto Cesar de Oliveira Lima**;

Amparo Legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003;

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (APEC), bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pela ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (APEC), nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 02.06.2020 a 02.06.2022.

Data da assinatura: 02 de junho de 2020.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000362 DE 24.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2357/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000362, de 24.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000363 DE 24.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2357/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000363, de 24.08.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 006/2020/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002840-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar se o Município de Campo Grande está executando as obras necessárias para cessar definitivamente o processo erosivo encontrado nas proximidades do Terminal Intermodal de Cargas de Campo Grande – TICC, com a completa recomposição dos danos ambientais já causados na região e na APP do Córrego Sumaré.

Campo Grande, 24 de agosto de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0004/2020/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001010-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNSAU; Secretaria de Estado de Saúde - SES.

Assunto: Apurar as medidas que serão adotadas para reduzir o déficit de enfermeiros e técnicos de enfermagem no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 27 de agosto de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0005/2020/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001009-4

Requerente: 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a inobservância das regras sanitárias vigentes na CRS AERO RANCHO.

Campo Grande/MS, 27 de agosto de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça



CORUMBÁ

EDITAL N. 0005/2020/07PJ/CBA

Autos do Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002827-3

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições 09.2020.00002827-3, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar e acompanhar a situação dos serviços de acolhimento institucional de idosos no Asilo São José da Velhice Desamparada de Corumbá-MS, considerando o advento da crise sanitária ocasionada pela possibilidade de infecções do novo coronavírus.

Corumbá/MS, 25 de agosto de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça, em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

PARANAÍBA

TERMO DE AJUSTAMENTO E CONDUTA¹**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2019.00001453-5**

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/1985, acrescido pela Lei n. 8.078/1990 as partes abaixo qualificadas se obrigam a cumprir as obrigações adiante pactuadas.

TÍTULO I – DAS PARTES

Compromitente: O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio de seu agente signatário, Ronaldo Vieira Francisco, Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba.

Compromissário: Prefeitura Municipal de Paranaíba, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal Ronaldo José Severino de Lima, CPF: 362.082.056-20, RG: 538129 SSPMG.

TÍTULO II – DO OBJETO

O Compromissário reconhece a necessidade de disponibilização de lugar adequado para o funcionamento do Centro de Atendimento à Mulher em situação de violência do Município de Paranaíba.

1. DAS OBRIGAÇÕES

1.1 O COMPROMISSÁRIO se obriga a disponibilizar lugar adequado ao funcionamento do Centro de Atendimento à Mulher com instalações próprias e com espaços suficientes ao exercício autônomo das funções de atribuição do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência.

1.2 O COMPROMISSÁRIO se obriga proceder à adequação da estrutura física do local em que funcionará o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência, em conformidade com o que determina as Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência, elaborada em Brasília em 2006.

1.2 O COMPROMISSÁRIO se comprometer a realizar as obras indicadas nas cláusulas n. 1.1 e n. 1.2 no prazo

¹Art. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, que Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.



de 1 (Um) Mês a partir da data da assinatura do Presente Termo de Ajustamento de Conduta.

2. Do Descumprimento

2.1 O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo COMPROMISSÁRIO, até a data fixada pelo item específico, implicará no pagamento ao Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados², instituído pela Lei Estadual nº 1.721, de 18.12.96, conforme dispõem seus art. 1º, 2º e 3º, que regulamenta o art. 13, da Lei de Ação Civil Pública³ da multa diária de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), até a satisfação integral da obrigação aqui assumida, incidindo a cláusula penal a partir do dia imediato em que houver transcurso dos prazos estabelecidos nos item n. 1.1 e 1.2⁴ sem prejuízo da adoção das medidas judiciais para o cumprimento específico das obrigações assumidas.⁵

3. Da Fiscalização

3.1 A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado se dará pelo Próprio Órgão de Execução do Ministério Público Estadual⁶ signatário do presente instrumento ou pelo Departamento de Apoio à Atividade de Execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DAEX ou, ainda, outro órgão que vier a ser indicado pelo Ministério Público Estadual.

4. Das Controvérsias

4.1 As questões que eventualmente, surgirem em decorrência do compromisso serão dirimidas no foro da comarca de Paranaíba/MS.

Por estarem assim combinados, firmam o presente compromisso, em 4 (Quatro) Vias, encaminhando-se cópia ao Conselho Superior do Ministério Público junto com a Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2019.00001453-5, que originou a celebração do presente instrumento.⁷ (cf. artigo 41 da Resolução nº 015/2007).

Paranaíba, 29 de Julho de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça dos Direitos Humanos

RONALDO JOSÉ SEVERINO DE LIMA
Prefeito Municipal

² O Art. 37, §3º, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente: I – cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente; e II – cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso. § 3º O compromisso de ajustamento deverá indicar a destinação dos valores das multas cominatórias.

³ O art. 13, §2º, da Lei n. 7.347/85: Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. § 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente.

⁴ O Art. 37, §2º, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente: I – cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente; e II – cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso. § 2º Quando a multa cominatória for diária, deverá o compromisso de ajustamento prever o seu termo inicial.

⁵ O Art. 37 da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente: I – cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente; e II – cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento das obrigações nos prazos assumidos e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso. Assim também, o Art. 43, e parágrafos da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: Caberá ao órgão de execução que celebrou o compromisso de ajustamento de conduta a responsabilidade de fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados. § 1º Poderão ser previstas no próprio compromisso de ajustamento de conduta obrigações consubstanciadas na periódica prestação de informações sobre a execução do acordo pelo compromissário. § 2º Na hipótese de descumprimento do compromisso de ajustamento, integral ou parcialmente, deverá o órgão de execução do Ministério Público com atribuição para fiscalizar o seu cumprimento promover, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ou assim que possível, nos casos de urgência, a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência. § 3º O prazo supracitado poderá ser excedido se o compromissário, instado pelo órgão do Ministério Público, justificar satisfatoriamente o descumprimento ou reafirmar sua disposição para o cumprimento, casos em que ficará a critério do órgão ministerial decidir pelo imediato ajuizamento da execução, por sua repactuação ou pelo acompanhamento das providências adotadas pelo compromissário até o efetivo cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta, sem prejuízo da possibilidade de execução da multa, quando cabível e necessário.

⁶ O Art. 43, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: Caberá ao órgão de execução que celebrou o compromisso de ajustamento de conduta a responsabilidade de fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados.

⁷ O Art. 38 e 39, § da Resolução n. 0015/2007 – PGJ: Celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta nos processos eletrônicos, o órgão de execução deverá instaurar Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas e promover o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público homologar a promoção de arquivamento. Art. 39, §2º, da Resolução n. 0015/2007: Havendo necessidade de acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do termo de ajustamento de conduta, deverá o órgão de execução instaurar procedimento administrativo, nos moldes da Resolução nº 005/CPJ/2012, instruindo-o com os termos do acordo e, se conveniente, com as peças principais do inquérito civil ou do procedimento preparatório arquivado. § 2º A instauração do procedimento administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta somente será obrigatória a partir da implantação do sistema de processo eletrônico SAJ/MP no âmbito do respectivo órgão de execução.



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ITAQUIRAÍ

EDITAL N° 0012/2020/PJ/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000954-3, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000954-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar as causas específicas da morte de bichos da seda nas propriedades rurais de Itaquiraí/MS

Itaquiraí, 26 de agosto de 2020

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

NIOAQUE

EDITAL N° 06.2020.00001025-0

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2020.00001025-0

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Município de Nioaque

ASSUNTO: Adotar providências para a construção e instalação de uma Instituição de Longa Permanência para Odosos - ILPI neste Município de Nioaque-MS.

Nioaque, 26 de agosto de 2020.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 26/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Procedimento Prepatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000576-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Francisco de Paula Ribeiro Júnior, prefeito de Rochedo.

Assunto: “Apurar eventuais irregularidades em razão do Prefeito Municipal de Rochedo consertar viaturas oficiais acidentadas, com dinheiro público, sem a devida apuração de responsabilidade.”

Rio Negro, 25 de agosto de 2020

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça